

## Acórdão nº 9.405/2016/Plenário-TCE/AC

**NATUREZA DO FEITO:** Processo nº 14.825.2011-60-TCE (C/ 02 Anexos e Processo nº 14.676.2011-00 - Apenso)  
**ASSUNTO:** Prestação de Contas da Prefeitura Municipal de Capixaba, exercício de 2010.  
**RESPONSÁVEL:** Senhor Joais da Silva dos Santos  
**RELATOR:** Conselheiro Antônio Jorge Malheiro

Prestação de Contas. Prefeitura Municipal. Irregularidade. Condenação. Devolução. Pagamento de multa. Determinação. Encaminhamento ao Ministério Público Estadual.

Vistos, relatados e discutidos os autos do processo acima identificado, ACORDAM os Membros do Tribunal de Contas do Estado do Acre, à **unanimidade**, nos termos do voto do Conselheiro-Relator **condenar** o gestor a: **1) devolver** aos cofres municipais a importância de **R\$ 10.200,00** (dez mil e duzentos reais), corrigida monetariamente, pelo Sr. **Joais da Silva dos Santos**, Prefeito à época do Município de Capixaba, referente ao pagamento de uma bolsa de estudo ao estudante de medicina, Sr. Dione Pessoa Albuquerque, no período de janeiro a novembro de 2010, sem a devida comprovação de que o mesmo preenchia os requisitos legais para concessão, previstos no art. 1º e seguintes da Lei Municipal nº 326/2008, acrescida de multa de 10% (dez por cento); e **2) pagar multa**, no montante de **R\$ 7.400,00** (sete mil e quatrocentos reais), de acordo com o art. 89, inciso III, da Lei Complementar Estadual nº 38/93, em face das irregularidades acima apontadas, em especial a realização de despesa com pessoal, acima do limite estabelecido na alínea “b”, do inciso III, do art. 20, da Lei de Responsabilidade Fiscal e aplicação dos recursos com a Manutenção e Desenvolvimento do Ensino, abaixo do limite previsto no art. 212, caput, da Constituição Federal; **3) desapensar e arquivar** o Processo TCE/AC nº 14.676.2011-00, relativo ao Relatório Resumido da Execução Orçamentária do 6º bimestre; **4) determinar** ao atual gestor a recondução imediata dos valores da despesa de pessoal aos limites da Lei de Responsabilidade Fiscal, caso ainda persista tal desatino; **5) encaminhar** ao Ministério Público Estadual para as providências que entender pertinentes em face da infringência ao art. 29-A, § 2º, inciso I, da Constituição Federal. Após, pelo **arquivamento** dos autos.

**Sala das Sessões do Tribunal de Contas do Estado do Acre**  
**Rio Branco – Acre, 04 de fevereiro de 2016**

Conselheira **NALUH MARIA LIMA GOUVEIA**  
Presidenta do TCE/AC

**(Acórdão nº 9.405/2016/Plenário-TCE/AC – FL. 02 de 02)**

Conselheiro **ANTÔNIO JORGE MALHEIRO**

Relator

Fui presente:

**MARIO SÉRGIO NERI DE OLIVEIRA**

Procurador-Chefe do MPE/TCE/AC